

BRIDI, Maria Aparecida; LIMA, Jacob Carlos Lima. (org.). **Flexíveis, virtuais e precários?** Os trabalhadores em tecnologia de informação. Curitiba: Editora da UFPR, 2018.

João Gabriel Selles Pelegrini¹

O livro *Flexíveis, virtuais e precários? Os trabalhadores em tecnologia de informação*, organizado por Maria Aparecida Bridi e Jacob Carlos Lima, reúne, em cada um de seus capítulos, o resultado de uma série “[...] de pesquisas empíricas realizadas em países como o Brasil, Argentina, México e Espanha” (BRIDI; LIMA, 2018, p. 15), que partilham a similaridade de terem ingressado tardiamente no desenvolvimento e na aplicação das Tecnologias de Informação.

Ao longo do livro, as trabalhadoras e os trabalhadores em *tecnologia de informação* são analisados com base nas formas de organização, nas condições e no processo de trabalho que desenvolvem. Do ponto de vista das categorias ocupacionais, aparecem os que trabalham como desenvolvedor de *software*, gerente de projeto, diretor executivo, analista de sistema, segurança de rede, *youtuber* e *web designer*. Contudo, o escopo teórico e analítico não está reduzido a esse aspecto.

Primeiramente, destaca-se no livro o questionamento, a reflexão e o debate sobre conceitos e categorias analíticas importantes para as teses desenvolvidas no escopo da Sociologia do Trabalho ao longo do século XX, tais como: a teoria do valor trabalho; as formas de organização do trabalho, como a *taylorista-fordista* e/ou a *toyotista*; as distinções ou imbricamentos entre o trabalho manual e o intelectual; a exploração e dominação *do* e *no* trabalho; as determinações e limites da jornada de trabalho e a divisão do trabalho. Esse debate, conforme indicado desde a introdução, coloca-se em relação a um contexto histórico mais amplo, iniciado nos anos 1970, chamado “revolução tecnológica” ou “revolução informacional”, que “[...] encontra-se centrada no computador e nas possibilidades advindas de seu uso na comunicação, na produção e no conjunto das relações sociais” (BRIDI; LIMA, 2018, p. 11).

É no caminho aberto por essas mudanças que emerge a necessidade de se ampliar o estudo sobre o trabalho informacional, posto que este seria: “[...] o ‘modelo’ do trabalho na era da acumulação flexível” (LEITE, 2018, p. 7), momento da sociedade capitalista que apresenta características novas se comparadas às que predominaram antes da década de 1970, sobretudo, nas relações sociais de trabalho.

Em segundo lugar, as pesquisas apresentadas na obra de Bridi e Lima, à luz das mudanças nas relações sociais de trabalho, colocam em questão “novos-velhos” problemas próprios à produção teórica da Sociologia do Trabalho. Do ponto de vista das novidades relacionadas às categorias profissionais surgidas com as Tecnologias da Informação, emerge um debate sobre o trabalho organizado em projetos, a flexibilidade e seu caráter “virtual”. Diante dessas novidades, velhos debates são atualizados com base na reflexão sobre autonomia do trabalho, criatividade, contratos de trabalho, assalariamento e formas de remuneração, qualificação profissional, formas de organização e controle do trabalho, jornada de trabalho e empregabilidade no mercado de trabalho. Nesses debates, desenvolvidos por diversas autoras e autores, se expressa a vitalidade e a atualidade da categoria *trabalho*, sobretudo, dos trabalhadores e trabalhadoras que estão

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Membro do Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Profissões e Mobilidade LEST – M (UFSCar). *E-mail*: j.gabrielpelegrini@gmail.com.

diretamente ligados à produção das Tecnologias de Informação e Computação. Eis aí, de nosso ponto de vista, a principal importância e relevância do livro.

Outra importância da obra, percebida ao longo da leitura, é que o abrangente e eclético referencial teórico nos oferece muito mais do que uma acurada descrição do trabalho do desenvolvedor de *software*, do gerente de projeto, do diretor executivo, do analista de sistema, do segurança de rede, do *youtuber* e do *web designer*. O resultado dessas pesquisas nos oferece conhecimento aprofundado sobre os trabalhadores em tecnologia de informação e, desse modo, colabora com o avanço no debate da Sociologia do Trabalho. Vejamos, de maneira sintética, como isso aparece ao longo do livro.

A organização do trabalho em “projetos”, que aparece em todos os capítulos como característica destacada desse tipo de trabalho, cria condições de localização no mercado específicas para tais categorias ocupacionais. Nessa forma de organização, os trabalhadores e as trabalhadoras são demandados em torno de um projeto específico, desenvolvem o trabalho e, depois de finalizado, devem buscar novas “oportunidades” para continuarem no mercado. Essa característica se faz presente em qualquer tipo de contrato de trabalho: CLT, PJ ou “autônomo”. No entanto, para os PJ e “autônomos”, ou “não formais”, segundo as pesquisas, a experiência com o trabalho em “projetos” coloca a necessidade de lidar com a espera por novos trabalhos e a busca constante por se manterem inseridos em “redes” onde poderão ser indicados para outros projetos.

Nesse sentido, “[...] A trajetória profissional passa a ser um percurso individual, independente da empresa [...] A empregabilidade seria a capacidade que os indivíduos precisam ter para que sejam solicitados em novos projetos” (PIRES, 2018, p. 127-128). A flexibilidade, por exemplo, está relacionada com essa forma de organização. Posto que, independentemente do tipo de contrato de trabalho, esses trabalhadores negociam constantemente, seja com clientes, seja com empresas, as condições e os prazos para a realização do “projeto”.

Para potencializarem seu lugar nesse mercado, as trabalhadoras e os trabalhadores em tecnologia de informação, que desenvolvem atividades intensivas em conhecimento, colocam-se na busca constante por *qualificação*. No entanto, embora se possa considerar que esta teria relação a uma formação técnica específica, no contexto dessas categorias ocupacionais ela extrapola esse limite. Ou seja, embora as pesquisas apresentadas em *Flexíveis, virtuais e precários?* indiquem que a qualificação técnica, ou o saber técnico, é necessário, ele não é a única demanda do mercado a esses trabalhadores e trabalhadoras. As habilidades humanas, a capacidade de relacionar-se com o grupo de trabalho, com os clientes e as empresas, bem como a habilidade de organizar seu tempo e suas metas de trabalho, de atualizar-se e aprender sozinho novas linguagens – continuamente – também são essenciais.

O conjunto desses saberes, de competências, abstratos em sua definição e em constante mudança, não se refere apenas às características do trabalho e de sua forma de organização, mas parece estar em acordo com os objetivos de flexibilização de direitos ligados às relações de trabalho (BRIDI; LIMA, 2018), característico da fase atual do capitalismo.

Uma pesquisa feita com jovens desenvolvedores de *software* alocados no estado de São Paulo indica que essa “precarização” impactaria com maior intensidade os mais jovens, que toleram, segundo revelam as entrevistas, contratos de trabalho mais “flexíveis”. Entretanto, “[...] Com o passar dos anos, a preocupação com o futuro, com a saúde e os planos de ter filhos fazem com que os trabalhadores passem a privilegiar o contrato de trabalho formal” (PIRES, 2018, p. 136).

Essa dimensão da “flexibilidade” do trabalho, aliada às tecnologias da informação que permitem a realização do trabalho “a qualquer hora e em qualquer lugar”, apresentam uma indeterminação dos limites clássicos de tempo e espaço de trabalho. Segundo as pesquisas apresentadas no livro, essa possibilidade produz, muitas vezes, uma dificuldade em determinar o que é tempo de trabalho e o que não é. Consequentemente, as jornadas de trabalho acabam sendo prolongadas e há uma intensificação delas.

Tais aspectos, refletidos ao longo das pesquisas do livro, abordam o caráter flexível desses tipos de trabalho e trazem ao debate o tema da autonomia desses trabalhadores. Por realizarem trabalhos organizados da forma como apresentamos até aqui e por terem no conhecimento e na criatividade sua característica predominante, seriam os trabalhadores em tecnologia de informação autônomos?

De maneira geral, as pesquisas apresentadas na obra de Bridi e Lima indicam que as novas formas de trabalho “[...] escapa[m] das configurações de trabalho convencionadas em suas formas de organização taylorista-fordista e/ou toyotistas que marcaram a Sociologia do Trabalho do século XX” (BRIDI; LIMA, 2018, p. 13).

No entanto, segundo o resultado das pesquisas empíricas, essa autonomia – que se expressa nas características criativas do trabalho, na possibilidade de os trabalhadores e trabalhadoras escolherem o tempo, o espaço e o tipo de contrato de trabalho – é limitada pela instabilidade, precariedade, insegurança e por novas formas de controle. Por exemplo, no caso dos desenvolvedores de *software*, a exigência da entrega de módulos de trabalho em prazos pré-fixados e a supervisão do trabalho com base na “observação do cumprimento das tarefas prescritas” (MÍGUEZ, 2018, p. 53) aparecem como formas de controle. Além disso, a própria equipe de trabalho pode assumir sua supervisão. Pressões dos clientes durante o processo de concepção e execução dos projetos também aparecem nas pesquisas.

Por fim, a autonomia e a flexibilidade são experimentadas de forma diferente por homens e mulheres, como indica uma das pesquisas apresentadas no livro. Para ambos os impactos do que sintetizamos até aqui se faz presente igualmente. No entanto, especificamente para as mulheres, há um impacto muito grande na organização da vida e do trabalho, por conta dos trabalhos feitos no âmbito do lar e da manutenção da vida cotidiana. Como indicado pela pesquisa, esses trabalhos recaem sobre as mulheres. Mesmo em casos nos quais os homens participam, em alguma medida, do trabalho doméstico e de cuidado no âmbito familiar, há atividades de organização e funcionamento da dinâmica da casa que ainda ficam a cargo da mulher. Diante disso, emergem dois tipos de solução para possibilitar às mulheres se manter no mercado de trabalho: as que chegaram a cargos de gerência e o salário permite contratar outras “mulheres” para o trabalho de reprodução, e as mulheres que o salário não permite e acabam dependendo da rede familiar (CASTILLO; AGULLÓ, 2018).

REFERÊNCIAS

BRIDI, Maria Aparecida; LIMA, Jacob Carlos Lima. (org.). **Flexíveis, virtuais e precários?** Os trabalhadores em tecnologia de informação. Curitiba: Editora da UFPR, 2018.

CASTILLO, Juan J.; AGULLÓ, Itziar. In: BRIDI, Maria Aparecida; LIMA, Jacob Carlos Lima. (org.). *Flexíveis, virtuais e precários? Os trabalhadores em tecnologia de informação*. Curitiba: Editora da UFPR, 2018, p. 87-119.

LEITE, Márcia de P. Prefácio. In: BRIDI, Maria Aparecida; LIMA, Jacob Carlos Lima. (org.). *Flexíveis, virtuais e precários? Os trabalhadores em tecnologia de informação*. Curitiba: Editora da UFPR, 2018, p. 7-9.

MÍGUEZ, Pablo. O trabalho e as novas tecnologias: uma abordagem do trabalho informático segundo as teses do Capitalismo Cognitivo. In: BRIDI, Maria Aparecida; LIMA, Jacob Carlos Lima. (org.). *Flexíveis, virtuais e precários? Os trabalhadores em tecnologia de informação*. Curitiba: Editora da UFPR, 2018, p. 41-60.

PIRES, Aline S. Juventude(s) e o trabalho na área de TI: uma discussão sobre o discurso da flexibilidade geracional. In: BRIDI, Maria Aparecida; LIMA, Jacob Carlos Lima. (org.). *Flexíveis, virtuais e precários? Os trabalhadores em tecnologia de informação*. Curitiba: Editora da UFPR, 2018, p. 123-142.

Recebida em outubro de 2019

Aceita em março de 2020